

REUNI: UMA NOVA REGULACÃO PARA A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA OU UM MAIOR CONTROLE DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS?

Luciene das Graças Miranda **Medeiros** – UFPA

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de um Estudo de Caso sobre a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI na Universidade Federal do Pará - UFPA, realizado nos três primeiros anos de sua execução (2008 – 2010), em quatro dos onze *campi* desta universidade e que se constituiu em minha tese de doutorado. Com essa socialização a intenção é contribuir com o debate sobre a expansão da educação superior pública, no Brasil, a partir de alguns resultados observados numa universidade federal na qual o REUNI está em processo, buscando cumprir com as metas globais do Programa: “a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e a relação de dezoito alunos para um professor ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (DECRETO 6.096/2007) que, no caso da universidade em estudo, teve início em 2008.

O REUNI está em curso nas universidades públicas federais brasileiras tendo vigência até este ano de 2012. Assim que foi anunciado, sofreu uma série de questionamentos nas universidades federais, principalmente pelos setores organizados dos movimentos de docentes e de estudantes, enfaticamente, pela restrita participação da comunidade universitária, forma sob a qual foi decidida a adesão das universidades ao Programa.

A crítica do movimento docente levantou algumas hipóteses sobre o REUNI, entre as quais: constitui-se num programa que desrespeita a autonomia da universidade, com consequências imprevisíveis para o trabalho docente em razão, dentre outras, das metas globais estabelecidas e que foram assumidas nos planos de reestruturação e expansão das universidades federais; apresenta fortes possibilidades de gerar intensificação do trabalho docente já que seu foco é o ensino de graduação; há tendência a um aprofundamento do viés mercantilista na educação superior brasileira. Contrapondo-se a esse movimento, sobretudo, as administrações superiores que

defenderam, abertamente, o REUNI, argumentaram que o Programa trouxe a oportunidade de fortalecer políticas como a de expansão da oferta de vagas para o ensino de graduação; a contratação de docentes para ampliar seus quadros de efetivos; a melhoria da infraestrutura da universidade com a ampliação de verbas para custeio e capital.

Ao contemplar tantas ações, o REUNI se constitui, num importante objeto de estudo para a pesquisa sobre educação superior, desvelado em seus fins e objetivos, particularmente, nesse momento histórico em que a educação superior na América Latina sofre profundas modificações. Desafio corroborado por Fávero (2010) quando diz que após mais de dez anos da promulgação da LDB e de muitas medidas legais que a complementaram, a educação superior vem sofrendo alterações as quais precisam ser estudadas apontando entre as mais recentes o REUNI que, segundo sua avaliação, representa mudanças na educação superior (FÁVERO, 2010, p. 29). Portanto um instigante desafio que deve ser enfrentado como política para a expansão da educação superior pública.

Para iluminar a investigação e as análises que fiz acerca do REUNI, optei pelos pressupostos do materialismo historicodialético, encontrado na densa produção de Marx e Engels. O que me mobilizou a seguir esse caminho é a análise crítica que os autores fazem da sociedade capitalista do seu tempo, mas que continua atual, porque o sistema do capital mesmo quando muda suas estratégias para garantir sua manutenção, continua firme e forte em suas estruturas sustentadas pela contradição capital x trabalho, duas faces da mesma moeda que é o sistema capitalista de produção mantido vivo pela exploração da força do trabalho. Também me apoiei em estudos de intelectuais brasileiros e estrangeiros que seguem as orientações marxianas em suas análises e produções sobre a sociedade brasileira e as políticas educacionais.

Entre o material empírico que referenciei o estudo destaco neste trabalho o Decreto Nº 6.096/2007; o Plano de Reestruturação e Expansão 2008-2012-UFGA, o Acordo de Metas Nº 10/ UFGA e MEC; Relatórios de Gestão da UFGA de 2008, 2009, 2010, visitas realizadas nos quatro *campi* e entrevistas com docentes.

O REUNI: gênese e implementação na UFGA.

Defendo a ideia de que o REUNI é uma nova regulação da política de expansão da educação superior brasileira, que vem contribuindo, no interior das universidades federais para a consolidação de uma lógica empresarial como o caminho mais adequado a ser trilhado no desenvolvimento de suas funções acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão, constituindo-se num instrumento que induz a educação superior à uma visão mercantil mais acentuada conformando-se a um padrão ideológico característico das orientações neoliberais. Criado em 2007, no segundo mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o REUNI tem raízes nas ocorrências políticas e econômicas dos anos de 1990, que transcorreram no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso com a Reforma do Estado, em 1995¹, que implicaram em profundas mudanças nas políticas públicas para a educação, particularmente, para a educação superior.

A reforma do Estado brasileiro, não foi um fato isolado. Articulou-se às transformações que ocorreram no mundo, mais precisamente, na América Latina, no período, sob a égide do neoliberalismo, que disseminou a ideia da crise do Estado. Uma crise, sobretudo, fiscal que o incapacitava a realizar investimentos em políticas sociais, apontando como saída o compartilhamento de responsabilidades com a sociedade, abrindo espaço para que o setor privado ampliasse seus investimentos nessas políticas intensificando o movimento que ficou conhecido como de “parceria público – privado” através do qual a União reduz seus gastos com a educação superior, criando políticas de empréstimos com juros baixos aos estudantes de baixa renda como o Programa de Crédito Educativo, para financiar a educação superior no setor privado que entra com sua estrutura física e quadro docente e se credencia a ter acesso a uma fatia considerável dos recursos do fundo público. Além de bolsas para a pós-graduação garantidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq,

¹ No governo de Fernando Henrique Cardoso uma das principais reformas a que se dedicou foi a Reforma da Administração Pública. Para tanto criou o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado que teve como Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. A meta foi reformar ou reconstruir o Estado a partir de reformas constitucionais que deveriam priorizar as reformas fiscal, da previdência social, eliminação dos monopólios estatais; flexibilização do estatuto da estabilidade dos servidores públicos.

Esse movimento contribuiu com a deserção do Estado brasileiro da manutenção da educação superior pública, levando as universidades federais a uma crise financeira gravíssima que as deixou sem dinheiro para a manutenção básica e com desenvolvimento precário de suas funções de ensino, pesquisa e extensão. Essas circunstâncias foram o terreno fértil onde se propagaram a ideologia da “má gestão”, que induziu as universidades públicas federais a se moldarem à gestão empresarial que se constituiu num discurso salvacionista da universidade pública. Essa lógica desloca a universidade pública do sentido do público para o sentido de mercado, promovendo a substituição do princípio de igualdade pela equidade e o de eficácia pela eficiência onde o Estado, de caráter regulador, passou a desenvolver uma administração pública gerencial como resposta à expansão das suas funções econômicas e sociais, ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial, onde a educação superior passou a ser parte do problema econômico de cada país e as universidades, aos moldes das empresas, deveriam buscar competitividade no mercado.

A partir daí, ganha força a ideia de flexibilização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que vai ter suporte na Lei N° 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional) – que reorganizou a educação superior, particularmente, “na modificação da natureza das instituições de educação superior, que sob nova organização tenderiam a responder prioritariamente, às demandas do mercado.”(SGUISSARDI E SILVA JR, 1999, p. 80) mantendo a dualidade dos sistemas público e privado da educação superior e tentando passar a ideia de homogeneidade de um universo – o das universidades - que é heterogêneo.

No contexto desse movimento de reforma do Estado a destruição dos direitos sociais e trabalhistas com ênfase no desmantelamento das universidades públicas redundou na reorganização da educação superior, cujo

[...] movimento de reconfiguração da educação superior brasileira tem como meta a reorganização desse espaço social, segundo a lógica do mercado, em meio à redefinição dos conceitos de público e privado. E faz parte de um movimento mais amplo de expansão do capital para espaços onde, em estágios anteriores, não existia uma organização predominantemente capitalista. (SGUISSARDI e SILVA JR, 1999, p.78).

Movimento que tende a ocultar as mudanças sofridas pela educação superior que vão configurá-la como uma mercadoria que pode ser consumida num mercado

educacional onde passa a ser tratada como um lucrativo negócio, principalmente na sua versão ou modalidade a distância e, em sua ampliação, para se constituir numa estratégia da expansão da educação superior via o setor privado, através de fortes investimentos econômicos e ideológicos. Esse movimento vem em resposta às teses defendidas pelo Banco Mundial que alteravam o status da educação superior de bem público (de todos) para serviço público (individual). A orientação era para que a reforma da educação superior nos países em desenvolvimento, reconfigurasse a universidade na perspectiva do mercado, baseada nos princípios da equidade ao invés de igualdade e na eficiência em substituição à eficácia.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 – 2010, ao contrário das rupturas esperadas pelos setores progressistas que o ajudaram a se eleger, deu continuidade às políticas de orientação neoliberal iniciadas no governo de FHC, acentuando o papel controlador do Estado ao mesmo tempo em que, através de políticas sociais direcionadas ao alívio da pobreza e ao aumento do consumo interno este Estado garante o trabalhador assalariado como classe, protege os grupos mais carentes econômica e culturalmente atendendo demandas específicas, neutralizando pressões e desarticulando possíveis mobilizações. Nessa perspectiva, o Estado passa a atuar em prol do trabalhador “não como árbitro neutro e sim para repô-lo como classe subordinada” no sentido de reproduzir a relação capital x trabalho da qual é o principal fiador nas sociedades capitalistas (O’Donnell, s/d p.8) para manter os privilégios da classe burguesa.

No campo educacional o governo Lula desconsiderou o Plano Nacional de Educação 2001-2010, que contemplava objetivos e metas para a educação brasileira para essa década e, sem revogar os vetos de FHC nos artigos que tratavam do financiamento público da educação preferiu, articulado ao Movimento Todos pela Educação que abriga o setor empresarial, organizar um Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado em 24 de abril de 2007, com mais de 40 programas para nortear as políticas educacionais. Entre os quais, o REUNI, apresentado à sociedade pelo governo como um

[...] instrumento que permite expandir e defender a universidade pública. Contudo, mais do que isso, o REUNI propicia que cada instituição encontre, autonomamente, seu caminho de desenvolvimento no momento em que, em plena revolução científica, as fronteiras entre áreas do conhecimento tornam-se tênues e novas possibilidades de formação vão se delineando (...)

itinerários rígidos, desperdício de créditos, imobilidade e especialização precoce são incompatíveis com uma estrutura universitária à altura dos desafios da ciência (PDE, 2008, p.27)

Ao sugerir que “cada instituição encontrasse autonomamente seu caminho de desenvolvimento” fazendo a crítica aos “itinerários rígidos, desperdício de créditos, imobilidade e especialização precoce” constata-se que o REUNI se alinha às orientações contidas na proposta da Universidade Nova² que fora rechaçada pelo movimento docente quando lançada em 2006.

O REUNI é, sobretudo, decorrência da “nova regulação” para a educação na América Latina e para as políticas educacionais no Brasil. Assenta-se no tripé: gestão, avaliação e financiamento e para ser implantado nas universidades públicas federais o MEC exigiu que as universidades aderissem ao REUNI. Para tanto, as universidades apresentaram, um Plano de Reestruturação e Expansão para o período de 2008 a 2012 com as metas globais do REUNI, objetivos gerais e específicos, considerando a singularidade de cada universidade federal e assinaram um Acordo de Metas com o MEC. As condicionalidades para execução e continuidade do REUNI e a forma como os seus fundamentos jurídico-institucionais foram definidos o caracterizam como um Contrato de Gestão, uma parceria firmada entre o Estado através do Ministério de Educação - MEC e as universidades públicas federais, intermediado por um Acordo de Metas onde o Estado, assume o papel de parceiro e fiscalizador do contrato e a universidade o de executora, que prestará contas do cumprimento das metas estabelecidas para ter acesso às parcelas dos recursos financeiros, fortalecendo a política de resultados.

Com essas relações de origem o REUNI chegou às universidades públicas federais, como estratégia para melhorar sua qualidade, com um aporte financeiro de dois bilhões de reais a serem aplicados em cinco anos; ampliar o financiamento para infraestrutura e contratação de novos docentes e técnico-administrativos via concurso público. Seu principal objetivo é o de “criar condições para a ampliação do acesso e

² Universidade Nova é uma proposta de reforma universitária defendida por Naomar de Almeida Filho, ex-Reitor da Universidade Federal da Bahia. Foi apresentada no I Seminário Universidade Nova na UFBA, em dezembro de 2006, com aquiescência do MEC. Circulou nos meios acadêmicos a partir desse ano, tendo como base princípios do Processo de Bolonha e, cuja centralidade é a mudança da arquitetura acadêmica dos cursos de graduação com prioridade para os Bacharelados Interdisciplinares.

permanência na educação superior no nível de graduação”, utilizando o “melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos atualmente existentes” nas universidades federais para atingir uma meta governamental de ampliar a oferta de vagas na graduação principalmente em cursos noturnos. Aliado ao Programa Universidade para Todos - PROUNI, na ótica governamental, seria a estratégia mais adequada à promoção da expansão da oferta de vagas nas universidades públicas federais.

Sob protesto de segmentos do movimento organizado de estudantes e professores que não concordavam com a adesão ao Programa, à exemplo do que aconteceu em várias universidades federais, pelo Brasil, o REUNI foi aprovado, na UFPA, em 19 de outubro de 2007, em reunião do Conselho Universitário - CONSUN, junto com o Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal do Pará para o período de 2008 a 2012 que contempla três eixos: 1-consolidação dos cursos de graduação que já existem no interior do Pará e criação de novos cursos; 2-criação de cursos de graduação na capital, em áreas não atendidas; 3-criação de pós-graduação em áreas estratégicas, de interesse regional. Tem como princípios: ampliar a formação de licenciados plenos em todo o território paraense, dotando o sistema público (estadual e municipal) de um magistério melhor qualificado e atualizado; consolidar a UFPA como centro de excelência na geração de conhecimento de ponta voltado ao aproveitamento racional, sustentável e inovador da biodiversidade amazônica.

O primeiro princípio se fundamenta num diagnóstico que aponta um déficit de 62.844 professores, sem a devida qualificação, para o exercício da docência na educação básica do Pará (SEDUC, 2009) e o segundo diz respeito à garantia do lugar de destaque que a UFPA vem mantendo ao longo dos seus 53 anos de existência na região e no cenário nacional sendo uma das maiores e mais importantes instituições do Trópico Úmido, caracterizando-se como uma Universidade *Multicampi*, com onze *campi* em funcionamento, abrigando uma população de mais de 50 mil pessoas. Nas ações e metas, o plano destaca a reestruturação acadêmico-curricular da graduação tomando como referência o que está disposto no Regulamento da Graduação, da UFPA aprovado em 18 de fevereiro de 2008.

No processo de aprovação da adesão da UFPA ao REUNI, apenas três dos onze Institutos da UFPA, Instituto de Ciências da Educação - ICED; Instituto de Letras e Comunicação - ILC; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA não assinaram a

Ata da aprovação que foi anexada ao Plano de Reestruturação e Expansão da 2008-2012, encaminhado ao MEC para subsidiar o Acordo de Metas assinado entre UFPA e MEC em março de 2008, sob o N° 10, que só veio a ser divulgado, na UFPA, em 2010.

No Plano de Reestruturação e Expansão da UFPA, 2008-2012, o orçamento global do REUNI para a UFPA, inicialmente, foi estabelecido em R\$ 144.638.515,95, desses, R\$44.698.526,00 (31%) seriam destinados para investimento e distribuídos entre nove campi incluindo Belém. A sede – Belém receberia 58,8% ou 26.294.100,00 (vinte e seis milhões, duzentos e noventa e quatro mil e cem reais) e os *campi* do interior ficariam com 41,2% ou 18.404.426,00 (dezoito milhões, quatrocentos e quatro mil, quatrocentos e vinte e seis reais). Ao analisar o Acordo de Metas N° 10, verifiquei que foi acordado um remanejamento de rubricas no orçamento para ser agregado aos recursos do REUNI e, já para o ano de 2007, foram disponibilizados do Programa Trabalho I, R\$ 9.692.241,50, recursos que foram gerenciados pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa-FADESP, segundo informações do Departamento Financeiro da UFPA. Para o exercício de 2008, foram disponibilizados os recursos do Programa 1073 – Brasil Universitário e mais os recursos do Programa Trabalho 2 (Subcláusula Terceira do Acordo de Metas N° 10) no valor de R\$12.004.916,73 que foram agregados aos previstos na Ação 8282 – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI.

A distribuição dos recursos, com esse acréscimo para capital e custeio foi programada (SUBCLÁUSULA QUARTA do Acordo de Metas N° 10- UFPA/MEC) de 2008 a 2012, período de vigência do REUNI e chegou em R\$250.944.778,06. Para custeio e pessoal, chegou a um montante de R\$ 173.742.328,06 (69%) e, para Investimento foi a R\$77.202.450,00 (31%), com os recursos já existentes no orçamento da UFPA que passaram a compor o “bolo” do REUNI acrescidos de resíduos do Programa de Expansão Fase I e de programas e ações pactuadas no Acordo de Metas n° 10 – MEC/UFPA com uma totalização de R\$250.944.778,06. Alterações tornadas públicas no Acordo de Metas N° 10, disponível no sítio da PROPLAN/UFPA. O que pode parecer uma ampliação dos recursos do REUNI. Na verdade, foi um remanejamento de recursos que já existiam no orçamento da UFPA, portanto não foram injetados recursos novos no REUNI, como pode parecer.

Para o período de 2008-2012 foram previstas 513 vagas para docentes para o cumprimento da meta de ampliação do quadro de efetivos. No processo de realização de

concursos públicos, houve algumas dificuldades internas para o preenchimento de 36 vagas: falta de candidatos para algumas disciplinas; nenhum candidato aprovado em alguns concursos que tiveram de ser reeditados e, por fim, algumas medidas tomadas pela presidenta Dilma Rousseff, em 2011, entre as quais a suspensão dos concursos, autorizando, apenas a contratação de docentes em caráter temporário (Substitutos e Visitantes) impediram que fosse cumprida a meta de contratação de 513 novos docentes previstos pelo REUNI, com a suspensão de concursos públicos, no início de 2011, para as 76 vagas previstas para este ano. Na UFPA, alguns professores que haviam feito concurso na semana que antecedeu a suspensão das contratações, pelo governo federal, também não foram nomeados.

Além das vagas para docentes houve, concurso para servidores Técnico-Administrativos. Segundo informações da Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal - PROGEP, o MEC deliberou que as nomeações deveriam ser efetivadas no mês de novembro de 2009 quando muitos cursos já haviam iniciado e os campi não contavam com servidores Técnico-Administrativo em número suficiente para dar suporte às atividades. Até 2012 havia uma previsão de concursos e contratações de 116 novos servidores Técnico-Administrativos sendo 45 de nível médio e 71 de nível superior. Desses, foram nomeados 92 e os concursos que permitiriam o ingresso de 19 servidores Técnico-Administrativos de nível superior e 05 de nível médio em 2011, (PROPLAN, 2011) também foram suspensos o que tem acarretado mais precariedade do trabalho docente sem o suporte necessário, desses servidores, na universidade.

Em relação às vagas para o Ensino de Graduação incluindo o noturno, prioridade do REUNI, para cumprir a meta de 38.467 vagas de ampliação, na Graduação, faltavam 9.598 vagas a serem ofertadas e preenchidas, de acordo com os dados de 2011. Como já foram executadas 28.869 vagas e havia previsão de oferta de 8.135 vagas em 2012, se todas essas vagas fossem ofertadas e preenchidas, haveria assim mesmo, um déficit de 1.463 da meta de ampliação prevista para o período. Da meta de 12.322 vagas para o noturno, foram executadas 7.330 gerando um déficit de 4.992. Assim, mais da metade das 8.135 vagas previstas para 2.012 deveriam ser destinadas ao noturno, que estariam dependendo da conclusão das obras de infraestrutura, atrasadas na maioria dos *campi* da UFPA.

Pontuando Considerações Finais

Os resultados aqui apresentados têm, como base, os estudos documentais, as observações no período de 2008 a 2010 e a análise das dezesseis entrevistas semiestruturadas, realizadas com docentes da universidade estudada. Uma primeira conclusão revela que, a exemplo do que aconteceu nas demais universidades públicas federais brasileiras, o REUNI chegou à UFPA de forma autoritária, com tempo exíguo para ser discutido e ter a adesão aprovada. Os 16 docentes entrevistados concordam que houve pouca discussão e quando aconteceu se deu no âmbito dos Conselhos Superiores da Universidade, o que seus defensores justificam pelo fato do MEC ter definido um prazo, até o final de 2007, para que a UFPA aderisse ao REUNI e não ser excluída do acesso aos recursos do Programa, que começariam a chegar em 2008. Ao que chamo de mais um golpe na, cada vez mais reduzida, autonomia da Universidade.

Pela fala da Administração Superior da UFPA, a adesão ao REUNI encontrou justificativa em dois pontos: a experiência de 25 anos de interiorização que a UFPA desenvolve em dez *campi* no interior do Estado; e a situação que os *campi* vinham atravessando uma aguda crise de sustentabilidade pela ausência de orçamento específico que garantisse sua continuidade e o REUNI representava a oportunidade de viabilização de recursos extra-orçamentários na UFPA para atender demandas históricas dos *campi*: melhoria da infra-estrutura, criação de quadro permanente de docentes e servidores Técnico - Administrativos; criação de novos cursos de graduação e ampliação dos já existentes e de vagas na graduação, para atender a crescente demanda local. Essas justificativas mostram que poucos segmentos dos docentes, dos técnico-administrativos e discentes conheciam o Programa REUNI, seus objetivos, fins e até o atual estágio em que se encontra na UFPA. No entanto, 90% dos entrevistados o avaliam como uma política oportuna, particularmente porque trouxe recursos para capital e custeio, permitiu ampliar quadro de professores e de Técnico-Administrativos além de expandir o ensino de graduação e pós-graduação na UFPA: foram criados 37 novos cursos de graduação, sendo 26 licenciaturas com 08 cursos na capital e 29 no interior.

Os dados revelaram que não houve ampliação de recursos no orçamento da UFPA, após o Acordo de Metas. O que houve foi uma pactuação entre UFPA e MEC definindo que os recursos de outras políticas como do Programa de Expansão Fase I, do Programa Trabalho 2 e Brasil Universitário, passariam a compor o orçamento do

REUNI, a partir de 2008 o que pode levar ao falso entendimento de que os recursos do REUNI foram ampliados.

Contrariando o compromisso firmado no Plano de Reestruturação e Expansão da UFPA, 2008-2012 de que o maior volume de recursos do REUNI seria investido nos *campi* do interior, na repactuação de recursos no Acordo de Metas N° 10, Belém continuou recebendo mais recursos (52,%) e os *campi* do interior (47,2%). De 2009 a 2010, entre capital e custeio a Universidade Federal do Pará devolveu o montante de R\$2.042.403,78 (1,8%) de recursos do REUNI ao Tesouro. Devolução justificada em razão de atrasos na aprovação de projetos e dificuldades nos processos licitatórios que não permitiram que os empenhos fossem realizados para encaminhamento das obras no período do exercício financeiro.

De maneira geral os docentes referem que as mudanças no seu trabalho, em função do REUNI, ainda estão começando e que ainda não têm muito a dizer sobre isso. Por outro lado, afirmam perceber um novo movimento vivido nos *campi* com o REUNI, traduzido em melhoria da infraestrutura que rebatem, positivamente, no seu trabalho cujas condições deverão melhorar assim que as obras de infraestrutura forem concluídas. Reconhecem que suas tarefas aumentaram e que há um descompasso entre preparação da infraestrutura: construção dos prédios, salas de aula, laboratórios, auditórios etc, e o início dos novos cursos e a contratação de novos professores e servidores técnico-administrativos que gerou dificuldades e ausência de condições adequadas para o trabalho docente e para o funcionamento dos *campi* do interior que improvisaram as condições para cumprir as metas iniciais do REUNI. Razões que, levaram 70% dos entrevistados à afirmação de que trabalham em situações precárias: sem salas de convivência; dividindo espaços com outros professores para guardar material, acessar internet, planejar suas aulas; com laboratórios mal conservados ou com a ausência deles. Corroborando a ideia de que o processo de precarização do trabalho docente, é uma condição que não resulta, apenas, da deterioração das relações contratuais de trabalho mas também das condições de objetivas e subjetivas nas quais esse trabalho se realiza.

Os dezesseis docentes entrevistados, dos quais 50% ingressaram na UFPA pelo REUNI, foram unânimes em afirmar que não acreditam no cumprimento da meta de 90% de conclusão da graduação na UFPA, prevista pelo REUNI, até 2012. Essa posição é corroborada pelos dados da UFPA (Relatório de Gestão da UFPA, 2010) que

apontam, inclusive, uma redução na Taxa de Sucesso da Graduação que caiu em 10,8% no período do REUNI 2008 (83%) a 2010 (74,16%). Dos entrevistados, 50% afirmam que o REUNI está contribuindo com a intensificação do trabalho docente em razão do aumento das turmas na graduação e das tarefas. O que é confirmado por depoimentos como de um professor quando afirma: *“nós estamos tendo que duplicar, triplicar nossa carga horária, para atender demandas e estou falando aqui do REUNI”* e de um outro que diz: *“eu trabalho de 8:00h às 18:00h, todos os dias. Mais que dobrou minha carga horária de trabalho. Sinto-me pressionado pela pesquisa, para cumprir os prazos, vivo olhando os editais, tenho de publicar, vivemos a lógica da produtividade”*.

Depoimentos que confirmam a tese defendida por Dal Rosso (2006) de que os ritmos, os tempos, as condições de trabalho e as exigências paralelas, impostas aos trabalhadores, em meio às suas atividades principais, agravam a intensidade do trabalho. São processos que produzem desgaste físico e/ou mental e impactos das mais diferentes ordens sobre a saúde dos trabalhadores docentes. Com maiores consequências naqueles professores das universidades federais que atuam, também, na pós-graduação.

No caso da UFPA essa intensificação se agrava pelo envolvimento de muitos de seus docentes com o Plano de Ações Articuladas Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR que embora seja uma atividade opcional, extra Plano Individual de Trabalho, seduz os professores porque representa um acréscimo salarial por meio de uma bolsa de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais) por turma, levando os docentes, mesmo com a sobrecarga de trabalho, a se submeterem a intensificá-lo ainda mais.

Somando-se as 36 vagas de docentes não preenchidas em 2010 com as 76 não autorizadas em 2011, totalizam 112 vagas do REUNI a serem preenchidas até o final de 2012. Considerando-se que em 2007 a UFPA contava com 2.440 docentes, o ingresso de 401 novos docentes, via REUNI, significou um crescimento de 16% no quadro de docentes efetivos, totalizando 2.841 docentes, em 2010, considerando Belém e os *campi* do interior (graduação e pós-graduação).

Há, também, um passivo de 8.625 vagas de discentes a serem preenchidas em 2012 para cumprir 100% da meta do REUNI e, dos 116 servidores técnico-administrativos, 92 (79,3%) foram contratados via concurso público, faltando, ainda, 14 (catorze) a serem contratados.

A consolidação de uma ‘cultura acadêmica’, como preconiza o Plano de Reestruturação e Expansão da UFPA, 2008-2012 nos *campi* da UFPA no interior do estado, que seria revigorada com a chegada de novos docentes, mestres e doutores apresenta dificuldades por três razões. A primeira deve-se ao fato de que a meta de contratação de 513 docentes, ainda não foi cumprida; a segunda deve-se ao fato de que a maioria dos docentes com ingresso pelo REUNI para atuar em *campi* próximo a Belém não fixaram residência nesses *campi*. Passam, no máximo, 15 dias nos *campi* e voltam para Belém. Com isso acentua-se o enfraquecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pois não se criam grupos de pesquisa e os que existem ficam prejudicados, além de retirar dos discentes a possibilidade de vivenciarem uma dinâmica universitária que contemple seminários, debates e outras atividades acadêmicas, tão necessárias para enriquecerem sua formação pessoal e profissional. A terceira razão se deve ao fato de que em alguns *campi*, mais distantes de Belém, os docentes que ingressaram pelo REUNI já estarem fazendo concursos para outras universidades e/ou buscando e conseguindo transferências para *campi* mais próximos, ou até, para a própria sede da UFPA, Belém, provocando um rodízio entre os novos docentes que ingressaram pelo REUNI. A geração de vagas de docentes pelo REUNI tinha sido prevista chegando-se a estimar que, para cada dez professores aprovados nos concursos para os *campi* do interior, dois não permaneceriam o que poderia ser corrigido no processo.

De toda sorte, o REUNI é uma “regulação nacional” que vem provocando e também sofrendo modificações na UFPA e nos seus *campi* do interior, onde os atores locais elaboram, para cumprir as metas previstas, no REUNI, ‘micorregulações’ que vão alterando algumas regras do jogo estabelecido pela regulação nacional e adequando-as às suas realidades locais. Os dados mostram que houve uma inquestionável melhoria na infraestrutura dos *campi*, mesmo que muitas obras ainda não tenham sido concluídas em sua totalidade. Foi perceptível, entre os docentes dos *campi* estudados, a expectativa de melhoria nas condições materiais do trabalho ao mesmo tempo em que alguns percebem a intensificação de seu trabalho com o aumento das turmas na graduação, pela possibilidade de se integrarem a grupos e/ou projetos de pesquisa, além das exigências da CAPES àqueles que já atuam na pós-graduação.

Em relação à arquitetura acadêmica que representa a mudança na estrutura e organização dos cursos de graduação, na UFPA há um movimento protagonizado pela

Pró - Reitoria de Ensino de Graduação que, através de uma equipe de técnicos em assuntos educacionais, vem assessorando os colegiados dos cursos na reformulação de seus projetos pedagógicos. Reformulação que se respalda no arcabouço jurídico-institucional que foi aprovado em 2008, como o Regimento e o Estatuto da UFPA e o Regulamento do Ensino de Graduação, além das normativas do MEC que se orientam pelas diretrizes do REUNI. Essas mudanças estão em processo ainda sem resultado conclusivo, certamente se constituirão em temáticas para futuros estudos que poderão afirmar se essa arquitetura acadêmica da graduação está sendo alterada ou não.

O REUNI trouxe alguns ganhos e muitos desafios para as universidades públicas federais, entre os quais, o financiamento para a manutenção do que foi conquistado que está em primeiro lugar nas preocupações de dirigentes e de docentes dessas universidades que temem uma crise sem precedentes se o orçamento atual não for mantido.

O desenvolvimento do REUNI na UFPA se dá em meio a dificuldades e apreensões quanto ao cumprimento das metas e quanto aos recursos financeiros para garantirem a continuidade das ações no pós-REUNI. Observa-se um movimento de inquietação na comunidade universitária, particularmente, nos campi do interior, pelo descompasso entre ampliação de professores, alunos, cursos novos e o atraso na criação de uma infra-estrutura adequada às condições de trabalho aos docentes e de aprendizagem aos alunos. Alguns passam a questionar se não foi açodada a implantação do Programa. Os entrevistados são unânimes em dizer, inclusive os representantes da administração superior que houve pouca discussão sobre o REUNI e que o atraso na infra-estrutura tem trazido prejuízos. Para os professores, faltou uma melhor preparação para sua implantação e todos têm preocupações com o futuro do REUNI na UFPA. Talvez pelo excesso de atividades, que lhes subtrai considerável parte do tempo, os professores se acomodam e não buscam, coletivamente, com a mediação do Sindicato, a apropriação do REUNI para que assumam uma posição mais politizada em relação aos seus desdobramentos.

De maneira geral, os depoimentos denotam o fortalecimento da heteronomia nas universidades federais, entre outras razões, pelo maior controle exercido pelo Estado objetivado no MEC e pela ausência de discussão quanto às políticas que vem sendo implementadas e que incidem diretamente no trabalho docente, sedimentando uma cultura que naturaliza a intervenção exógena e a sua intensificação.

Considerando-se que o REUNI é um Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas Federais, enquanto uma nova regulação da política de expansão da educação superior, está garantindo, inicialmente, a reestruturação física das universidades. Assim, algumas mudanças nesse campo, são observadas na UFPA: construção de novos prédios, ampliação de alguns existentes, ampliação do quadro de docentes e técnico-administrativos, criação de novos cursos, ampliação de matrículas na graduação. Paralelamente a essas mudanças positivas algumas dificuldades são observadas: há casos em que professores nomeados assumem seus cargos e o curso criado ainda não começou ou professores dividem turmas para garantir seu Plano Individual de Trabalho – PIT; professores fazem concurso para um determinado campus do interior mas não fixam residência nesse campus dificultando um dos objetivos do Plano de Reestruturação e Expansão da UFPA 2008-2012 que é o de fortalecer “uma cultura acadêmica” nos *campi* do interior; não há laboratórios, salas para estudos, para atendimento de alunos porque, muitas obras ainda estão em processo licitatório; alunos não contam com bibliotecas e acervos atualizados nem com restaurantes e outras condições adequadas ao ensino universitário.

Observam-se preocupações com a expansão, via REUNI. Essa expansão vem sendo acompanhada de medidas que resguardem a qualidade da educação superior? Há condições efetivas para os docentes desenvolverem seu trabalho (ensino, pesquisa e extensão)? Haverá a partir de 2012, aporte financeiro para a manutenção, com qualidade, das ações implementadas pelo REUNI? São questões que poderão se constituir em objetos de futuros estudos e da atenção dos segmentos universitários se pretenderem, de fato, intervir nas políticas educacionais para a educação superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 dez. 1996.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. MEC, Brasília, 2008.

BRASIL. **Decreto Nº 6.096 de 24 de abril de 2007**.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FÁVERO, M. L. Universidade no Brasil. (Verbete). In: OLIVEIRA, D.; DUARTE, A.; VIEIRA, L. F. (Org.). **Dicionário trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. 1 CD-ROM.

MARX, K. **O Capital**. 12. ed. Tradução Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Bertrand

Brasil, 1988.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Tradução Maria Lúcia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

O'DONNELL Guillermo. **Anotações para uma Teoria do Estado**. s/d. Disponível em www.ige.unicamp.br Acesso em 13 de agosto de 2011.

PARÁ. **Relatório SEDUC**, 2009

SGUISSARDI, Valdemar & SILVA JR, João dos Reis. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção**. Bragança Paulista: EDUSP, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Plano de Reestruturação e Expansão 2008-2012**, Belém, outubro, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Acordo de Metas Nº 10**, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. **Relatório de gestão 2008**. Belém, 2008c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. **Relatório de gestão 2009**. Belém, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal. **Relatório 2010**. Belém, 2011